

ESPAÇO URBANO E ECONOMIA POBRE NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA: O CIRCUITO INFERIOR NA ÁREA CENTRAL DE PORTO VELHO-RO E RIO BRANCO-AC¹

Mirlei Fachini Vicente PEREIRA²

Resumo

O artigo aborda aspectos das atividades urbanas pobres na porção sudoeste da Amazônia brasileira (estados de Rondônia e Acre), a partir das atividades comerciais e de serviços que compõem o circuito inferior da economia na área central das cidades de Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Tais atividades, ainda que subordinadas ao circuito superior da economia, constituem oportunidades de trabalho e renda para a população mais pobre que não se insere nas atividades modernas e muito capitalizadas da economia, denunciando a natureza desigual do uso do território.

Palavras-chave: Circuitos da economia urbana. Circuito inferior. Espaço urbano. Divisão do trabalho.

Abstract

Urban space and poor economy in southwestern Amazonia: The inferior circuit in central area of Porto Velho and Rio Branco-AC

The article approaches aspects of the poor urban activities in the southwestern Brazilian Amazon (states of Rondonia and Acre), from commercial activities and services that make the inferior circuit of economy in the central area of Porto Velho (RO) and Rio Branco (AC). Such activities, though subordinate to the upper circuit of economy, provide employment and income for the poorest people which do not fit in modern and much capitalized economic activities, denouncing the uneven nature of use the territory.

Key words: Circuits of urban economy. Inferior circuit. Urban space. Division of labor.

¹ Este artigo resulta de pesquisa de doutorado defendida pelo autor em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus Rio Claro, sob orientação da Profa. Dra. Samira Peduti Kahil e com auxílio do CNPq-Brasil.

² Professor Adjunto, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia – E-mail: mirlei@ig.ufu.br

INTRODUÇÃO – A CIDADE E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

O fenômeno urbano no Brasil, da forma como ocorreu no século XX, trouxe significativas transformações territoriais, impondo à sociedade novas condições e desafios que sem dúvida aparecem como temas privilegiados de pesquisa na ciência geográfica.

A compreensão dos problemas sociais e do arranjo muito desigual do território brasileiro, particularmente do espaço das cidades, aparece como um desafio. No Brasil, o urbano e a cidade (sobretudo as grandes cidades), tomam uma complexidade sem precedentes na segunda metade do século XX. Um vasto conjunto de atividades, uma multiplicidade de agentes e intenções e uma variedade sem tamanho de tipos de capital e de trabalho ganham nova expressão territorial e novo significado. Reconhecendo as especificidades dos países pobres e as diferenças qualitativas das atividades urbanas nele presentes, Milton Santos (1979, 2004) nos oferece, já na década de setenta, proposições de suma importância para uma compreensão totalizadora do espaço urbano e de suas atividades econômicas, formulando o que ficaria conhecido como “teoria dos circuitos”, onde o autor reconhece a existência de um circuito superior e um circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2004).

De modo resumido, podemos distinguir tais circuitos da seguinte maneira, “[...] o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”, enquanto o circuito inferior é “[...] constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2004, p.40).

O circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maioria de suas relações se dão com organizações localizadas fora da cidade e de sua região circundante porque este circuito se baseia em um quadro de referências nacional e internacional. O circuito inferior, composto por atividades em pequena escala e envolvendo primordialmente a população pobre, está, em contraste, bem estabelecido na cidade e mantém relações privilegiadas com sua região. Cada circuito constitui por si só um sistema, ou melhor, um subsistema do sistema urbano (SANTOS, 1979, 2003, p.172).

Assim, a existência destes dois circuitos atesta a permanência de uma divisão local do trabalho que é composta tanto por atividades muito capitalizadas e de origem no mais das vezes externa, como também por atividades típicas de uma economia pobre, essencialmente voltada para os interesses locais e pouco capitalizada. Estes dois diferentes circuitos resultam, principalmente, das diferenças qualitativas e quantitativas de consumo entre ricos e pobres na cidade, visto que nem toda a sociedade possui acesso amplo e constante a todos os tipos de bens e serviços.

Os pobres não têm acesso a um grande número de mercadorias modernas. Os mais pobres só podem obter bens de consumo corrente através de um determinado sistema de distribuição freqüentemente complementado por um mecanismo de produção igualmente específico. Esse sistema surge em resposta às condições de pobreza em que vive uma grande parte da sociedade (SANTOS, 1979, p.37).

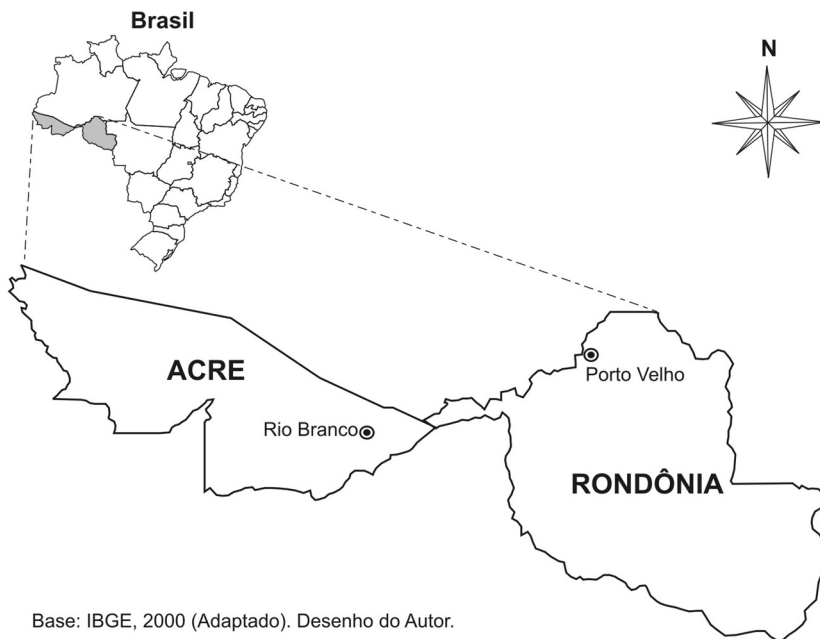
Compreendendo os dois circuitos como subsistemas interdependentes na economia urbana, Santos (2004) reconhece uma subordinação do circuito inferior frente ao circuito superior, visto que os recursos públicos destinam-se claramente, e de forma quase exclusiva, à economia dominante, tanto no que diz respeito à dotação das infra-estruturas como no que se refere ao acesso ao crédito. Ao mesmo tempo, esta economia que é praticada no

interior do circuito inferior (as vezes tão classificada como “informal”) compete e é combatida pelo circuito superior. “As atividades do circuito superior apóiam-se direta ou indiretamente na ajuda governamental, enquanto as do circuito inferior, ao contrário, não contam com tal apoio; e em muitas cidades são até perseguidas, como é o caso dos vendedores ambulantes” (SANTOS, 1979, p.42). Assim, como descreve o autor,

[...] a provável função essencial do circuito inferior é difundir o modo capitalista de produção entre a população pobre através do consumo, e absorver para o circuito superior a poupança e a mais-valia das unidades familiares, por intermédio da máquina financeira, de produção e de consumo (SANTOS, 1979, p.57).

A caracterização da pobreza no meio urbano dos países subdesenvolvidos, elaborada por Milton Santos na década de setenta, se mostra atual até o presente. Sua contribuição maior foi, além do reconhecimento da existência dos dois circuitos, a compreensão de que os pobres, ainda que subordinados e dependentes do circuito superior, vivem à custa de uma economia que envolve, na sua base, os próprios pobres.

Formado tanto pelas atividades simples (“não-capital intenso”) (SANTOS, 2004), da economia dita formal, bem como pelas atividades consideradas informais, o circuito inferior se mostra presente e se prolifera no espaço das cidades brasileiras no período atual, ganhando algumas particularidades em cada uma das regiões do país, tal como podemos encontrar nos estados de Rondônia e Acre, na porção sudoeste da Amazônia brasileira (Figura 1).



Base: IBGE, 2000 (Adaptado). Desenho do Autor.

Figura 1 - O sudoeste da Amazônia – Rondônia e Acre

Enquanto as estruturas de uma acumulação hegemônica e corporativa do capital, desenhadas no mais das vezes em lugares distantes, não medem esforços para a inserção de atividades modernas de comércio e serviços no meio urbano do sudoeste amazônico (as

atividades do circuito superior da economia), a permanência de um conjunto de atividades pobres, mas extrema e profundamente ancoradas no próprio lugar, persiste e mesmo se fortalece na atualidade. Sendo assim, nos países onde imperam as desigualdades e a má distribuição de renda, o circuito inferior da economia urbana configura um importante indicador destas naturezas e finalidades muito diferenciadas dos capitais e do trabalho nas cidades.

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA NO SUDOESTE AMAZÔNICO: ASPECTOS METODOLÓGICOS E TIPOLOGIA DE SITUAÇÕES

O esforço de análise que ensaiamos segue justamente na direção de ir ao encontro da compreensão de uma certa "ecologia urbana" (SANTOS, 1994, p.94) que comporta um funcionamento marcado pela co-presença de empresas e empreendimentos por essência muito diferenciados (circuitos superior e inferior), presentes no espaço urbano das capitais do sudoeste da Amazônia, o que ao mesmo tempo denota diferentes divisões do trabalho que ocorrem no interior da região e das cidades. Em diferentes ocasiões de realização dos trabalhos de campo (anos de 2006, 2007 e 2009), recolhemos dados que reportassem a situações empíricas representativas dos dois circuitos da economia nas cidades de Porto Velho e Rio Branco. Optamos por levantar dados destas atividades através de entrevistas e também com uso de questionários, inquirindo informações especialmente voltadas para a compreensão das atividades do circuito inferior da economia³.

Em termos metodológicos, não nos interessou definir uma amostra matematicamente rígida em termos de representação quantitativa, porque num enfoque qualitativo de compreensão das atividades do circuito inferior o mais importante, parece-nos, não reside no quanto as respostas se repetem entre os entrevistados, nem mesmo o grau de verossimilhança entre respostas dadas e fatos concretos (já que, provavelmente, em algumas informações mais comprometedoras, os dados podem ter sido distorcidos pelos informantes)⁴. O que fizemos foi recolher indícios empíricos que, aproximados às situações do circuito inferior, pudessem orientar uma análise que fosse capaz de, quiçá, contribuir com alguma compreensão do cotidiano das atividades pobres na cidade, suas formas de flexibilidade e de adaptação às exigências atuais da economia no lugar.

Assim, por razões de operacionalização da pesquisa, definimos que seriam avaliadas, nestas cidades, as atividades do circuito inferior localizadas em estabelecimentos da porção central, visto ser o centro o espaço privilegiado para a aglomeração de tais atividades, ainda que estas apareçam, com diferentes feições, também nas porções periféricas das cidades. O primeiro passo foi definir quais as situações de ocorrência das atividades do circuito inferior, para podermos pensar a melhor forma de abordagem do fenômeno e a melhor estratégia de coleta das informações.

Em termos de classificação, uma tipologia de atividades e espaços pode ser construída, na qual reconheceríamos ao menos três diferentes situações do circuito inferior nas porções centrais das cidades analisadas no sudoeste amazônico – uma primeira situação pode ser

³ A construção do questionário em muito se baseou no modelo utilizado em pesquisa sobre o circuito inferior da economia urbana nas metrópoles brasileiras empreendida por Maria Laura Silveira e também aplicado em pesquisa realizada por Marina Regitz Montenegro (2006). Algumas adaptações foram feitas, já que o interesse central de nossa pesquisa contempla situações específicas do sudoeste amazônico.

⁴ Em cada uma das cidades (Porto Velho-RO e Rio Branco-AC), foram entrevistados 12 empreendimentos de comércio e prestação de serviços, totalizando 24 entrevistas, com preenchimento de um questionário que continha questões abertas e fechadas. Para os espaços selecionados para a aplicação dos questionários, as atividades de fabricação não apareceram de modo significativo. As entrevistas ocorreram entre os dias 12 e 30 de janeiro de 2009.

reconhecida num conjunto de atividades localizadas em algumas das principais e mais movimentadas ruas e avenidas da porção central das cidades. Estas vias centrais, no mais das vezes espaços comerciais um tanto quanto já envelhecidos, configuram um meio construído que em alguns casos comporta as atividades do circuito superior (bancos, grandes redes de lojas, prestadoras de serviços modernos, etc.), mas também abrigam atividades de comércio e serviços característicos do circuito inferior que, em geral, ocupam espaços reduzidos ou adaptados, ou ainda os prédios antigos e menos valorizados, o que nos permite reconhecer a diversidade do capital e do trabalho, ou seja, a co-presença de atores muito diversos no centro das cidades.

Uma segunda situação é aquela em que tais atividades do circuito inferior (em geral ainda mais pobres) ocorrem em espaços no mais das vezes organizados (ou ao menos originalmente organizados) pelas prefeituras municipais, como forma de subsídio à economia urbana pobre – esta situação pode em muito ser representada pelos mercados públicos, feiras (permanentes ou semanais) e pelos chamados “camelódromos” (de origem pública e hoje também privada), que acolhem denso conjunto das mais diversas atividades de comércio e de serviços. Atualmente, no sudoeste amazônico, estes espaços parecem ser alvo de estratégias do poder público para a organização (ou limitação?) da ação popular, visando retirar das ruas as atividades potencialmente perturbadoras do comércio dito “formal” e mais capitalizado.

A estas duas situações de uso e ocupação do espaço urbano pelas atividades do circuito inferior deve ser somada a existência de uma massa de trabalhadores que, sem o uso de espaços ou de objetos fixos, e praticamente abdicando de qualquer infra-estrutura que dê suporte às suas atividades, praticam vendas e oferecem serviços em meio aos equipamentos urbanos de uso público, trabalhadores estes normalmente denominados como “ambulantes”, que em geral co-existem junto às atividades descritas nas situações anteriormente. Apesar de não ocuparem espaços pré-estabelecidos e fixos, as práticas destes trabalhadores nas cidades acabam por formar certas aglomerações em espaços delimitados, no mais das vezes usando bens coletivos no meio construído em que se adensam as atividades do circuito inferior. Ocupam-se bancos de praças, sombras de árvores, calçadas, muros, escadarias, frentes de prédios e marquises, enfim, todos os possíveis interstícios de espaços públicos ou mesmo privados.

Tendo reconhecido estas formas de manifestação das atividades do circuito inferior da economia, empreendemos um levantamento de dados que teve a intenção de contemplar todas estas situações encontradas no sudoeste amazônico. No entanto, para efeitos práticos e como forma de viabilizar o recolhimento de dados com o uso dos questionários, optamos por focalizar apenas as atividades que ocupam localizações fixas – os prédios comerciais, as bancas e tendas dispostas nas ruas e calçadas, os estabelecimentos que ocupam boxes nos mercados públicos, feiras permanentes e camelódromos. Os ambulantes, por várias razões, não foram alvo de investigação com uso de questionário (já que este envolvia questões específicas ao uso de um espaço determinado)⁵.

Foi preciso observar demoradamente os espaços onde as atividades do circuito inferior aparecem com maior densidade, entender a natureza das diferentes atividades escolhidas para o levantamento de dados, conversar previamente com alguns comerciantes ou prestadores de serviços, para, por fim, definir quais espaços e atividades seriam mais representativos, em cada uma das cidades, da variedade de situações e das condições de trabalho e de realização das atividades do circuito inferior da economia. Procuramos, deste

⁵ O comércio praticado por ambulantes parece ter uma dinâmica própria, ainda que se conjugue, normalmente, aos espaços físicos em que o circuito inferior da economia toma maior densidade nas cidades. O trabalho de investigação empírica, especialmente com uso de questionário, apresenta certa resistência dos trabalhadores ambulantes. No entanto, pudemos em várias ocasiões, conversar com estes trabalhadores, observar e registrar o comportamento desta atividade em diferentes cidades do sudoeste amazônico.

modo, contemplar as atividades mais variadas de comércio (optando pelos principais produtos comercializados) e serviços (aqueles mais amplamente oferecidos), buscando coletar os dados nas diferentes situações de localização (as principais vias, os principais mercados públicos, feiras e camelódromos) e de porte/estrutura dos empreendimentos (desde os menores até os maiores; e também entre os mais antigos e os mais novos). Antes de elencarmos algumas características que sintetizam a natureza das atividades do circuito inferior a partir das informações por nós coletadas, cabe avaliarmos os espaços selecionados para o levantamento de dados e algumas das estratégias de permanência destas atividades em cada uma das cidades pesquisadas.

O MEIO CONSTRUÍDO E O ABRIGO DAS ATIVIDADES POBRES NA CIDADE

Segundo Milton Santos (1994, p.79), mais do que no campo, é nas cidades que a difusão da racionalidade instrumental do mercado se defronta com algumas limitações, justamente pela quantidade de trabalho acumulado e pelas diversas divisões do trabalho que o meio construído⁶ comporta. Assim, a noção de *meio ambiente construído*, que constitui "[...] um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais" (SANTOS, 1994, p.79) é recurso analítico estratégico para avaliarmos as diferentes manifestações da resistência à difusão do moderno e também as práticas do circuito inferior, que tantas vezes figuram como "irracionalidades" no meio urbano (SILVEIRA, 2007a, p.3).

Neste meio construído das cidades se encontram os mais diferentes tipos de capital e de trabalho. Trata-se, assim, da permanência de espaços que comportam uma divisão do trabalho muito diversificada. As situações de ocorrência de um circuito inferior espesso também são as mais legítimas manifestações daquilo que Milton Santos denomina "flexibilidade tropical" (SANTOS, 1994c, p.80), estratégias criativas de imaginação política para sobrevivência das classes mais pobres da sociedade. Esta flexibilidade tropical caracteriza aquelas situações em que, segundo o autor,

Há uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais. Desse modo, as respectivas divisões proteiformes de trabalho, adaptáveis, instáveis, plásticas, adaptam-se a si mesmas, mediante incitações externas e internas. Sua solidariedade se cria e se recria ali mesmo, enquanto a solidariedade imposta pela cooperação de tipo hegemônico é comandada de fora do meio geográfico e do meio social em que incide (SANTOS, 1996, p.260).

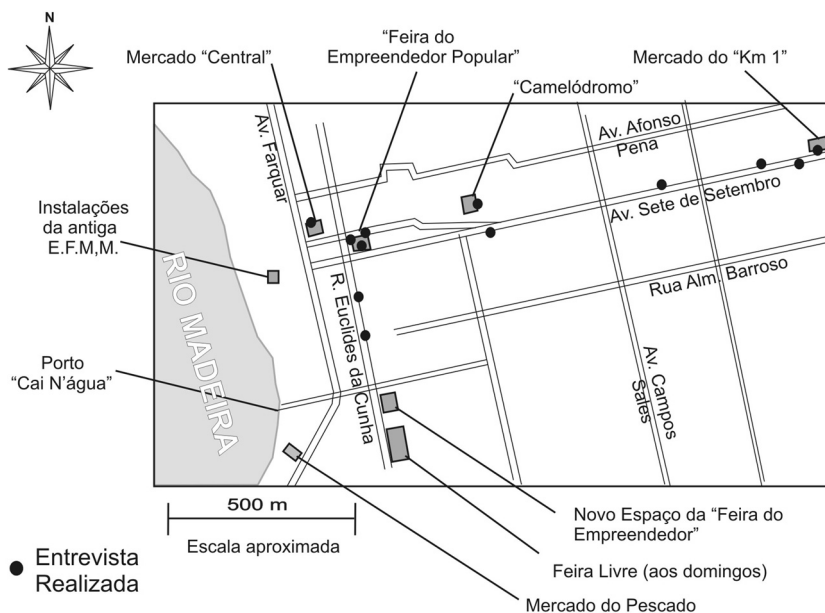
Isso nos autoriza a considerar a cidade como o lugar da co-presença e da coexistência (SANTOS, 1996). Ao reconhecermos a co-presença e o diverso no meio construído da cidade, podemos, com sensibilidade analítica, reconhecer o espaço dos homens lentos, do conjunto de atividades pobres que Milton Santos considera como aquelas atividades adaptadas às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado (SANTOS, 1994, p.79). Estas situações são manifestações do uso do território como abrigo, porque "É nestes espaços

⁶ Segundo Silveira (2007b, p.152), a ideia de meio construído fora proposta por David Harvey (The political economy of urbanization in advanced capitalist societies: the case of the United States. In: GAPPERT, G.; ROSE, H. M. *The social economy of cities*. Londres: Sage, p.119-163, 1975) e rediscutida mais recentemente por Milton Santos (1994).

constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência” (SANTOS, 1994, p.79).

É no espaço das grandes cidades, pelo fato de comportarem esta diversidade de atividades, intencionalidades e agentes, que alguns lugares menos privilegiados em termos de infra-estrutura aparecem como o espaço que por excelência abriga as atividades da economia urbana pobre. Assim, e tal como parece ser o caso do sudoeste da Amazônia, são os espaços pouco valorizados (mas muito freqüentados) que recebem as atividades econômicas das classes mais pobres – os ambulantes, os pequenos comércios e oficinas de prestação de serviços, etc. atividades estas que muitas vezes ocupam os espaços tidos como “irracionais”, brechas na cidade que aparecem por vezes mesmo como um estorvo, do ponto de vista da economia e da política dominantes.

Em Porto Velho, a principal via do comércio na porção central da cidade é a Avenida Sete de Setembro, que se inicia na antiga estação e prédio da administração da E.F.M.M. (Estrada de Ferro Madeira-Mamoré), às margens do rio Madeira (Figura 2). Nesta avenida se concentra, para além das atividades de comércio e serviços do circuito inferior da economia, também uma série de empresas e atividades que podem ser enquadradas como atividades do circuito superior, ou seja, é um espaço de coexistência de diferentes tipos de atividades, quer aquelas presididas pelo capital hegemônico, quer aquelas que tornam o território usado um abrigo para sua sobrevivência.



Base: PM Porto Velho, 2007 (adaptado). Desenho do autor.

Figura 2 – Área central de Porto Velho – pontos de realização das entrevistas

O sudoeste amazônico é muito marcado pela existência e importância de mercados públicos municipais, responsáveis em muitos casos pelo abastecimento da população mais pobre. Na área central de Porto Velho existem pelo menos três mercados principais – o chamado Mercado do Pescado (um dos mais antigos, que ganhou novas instalações em 2008) junto a um porto bastante incipiente que é popularmente conhecido como Cai N'água; o Mercado Central junto às antigas infra-estruturas da E.F.M.M. na Av. Sete de Setembro,

e, nesta mesma avenida, outro mercado de menor porte que é localmente conhecido como Mercado do Km 1 (vide Figura 2). Soma-se a estes espaços comerciais um “camelódromo” organizado em espaço privado, cujos boxes são alugados (Figura 3). Tais espaços, muito ocupados por atividades de comércio e consumo das classes sociais mais pobres, foram os que escolhemos para proceder a coleta de dados na capital rondoniense.



Figura 3 - Camelódromo no centro de Porto Velho
(Foto do autor, 2009)

As ruas e avenidas na área que compõe o centro comercial de Porto Velho são em sua maioria, como já assinalamos, de ocupação antiga, com áreas específicas muito utilizadas por ambulantes, tendas e pequenos estabelecimentos pouco capitalizados. Como as atividades do circuito inferior acabam por dividir espaço com empreendimentos do circuito superior, o que diferencia as instalações das atividades pobres daquelas mais modernas e capitalizadas é sobretudo a ocupação de prédios muito desiguais em termos de dimensão e infra-estrutura.

Na Av. Sete de Setembro, grandes edifícios ocupados por bancos, modernas lojas de departamento, etc. dividem espaço com pequenos estabelecimentos de comércio e serviços pouco capitalizados, e, muitas vezes, dividem também as calçadas muito ocupadas por vendedores ambulantes. O preço do aluguel nesta que é a principal via do comércio de Porto Velho é caro e algumas formas de inserção das atividades pobres são exemplares, visto que caracterizam as estratégias e a criatividade de agentes muito pouco capitalizados. É o caso da ocupação de corredores muito estreitos, com menos de um metro de largura (às vezes com menos de 4m² de área), mas que possuem frente para as ruas e avenidas mais movimentadas, ocupando em geral o espaço entre prédios de maior porte. Trata-se, literalmente, da ocupação de interstícios no espaço entre um prédio e outro⁷.

⁷ Em Porto Velho, espaços como estes no centro (av. Sete de Setembro) chegam a ser alugados por até R\$ 300,00, como constatamos em trabalho de campo (janeiro de 2009).

Estas estratégias flexíveis de uso do espaço garantem a permanência das atividades pouco capitalizadas na área central da cidade, onde o movimento de consumidores é vantajoso e garante a sobrevivência de tais tipos de trabalho. Nessas condições, inovam-se as formas e os usos do espaço na área central, como é o caso de automóveis que, estacionados logo pela manhã em pontos estratégicos do centro por comerciantes ou prestadores de serviços simples, acabam constituindo/abrigoando o seu próprio ponto de trabalho. Também é bastante comum a existência de pequenos balcões com vitrinas que, instalados nas calçadas, servem como ponto para a venda de mercadorias (no mais das vezes importadas), ou ainda para a prestação de serviços, como os de reparos em relógios, afiação de pequenas ferramentas, entre outros.

Muros e grades aparecem como substitutos de prédios comerciais, definindo um comércio de rua com pontos já “fixados”, visto que permanecem em muitos casos por mais de anos (como pudemos observar através dos trabalhos de campo). Estes comerciantes realizam vendas principalmente de roupas, cópias de CDs e DVDs, utensílios domésticos e pequenos acessórios eletrônicos de baixo custo (produtos estes em grande parte oriundos de Guayaramérin, na Bolívia).

Em Rio Branco, estado do Acre, as atividades do circuito inferior também se encontram adensadas na área central. Há espaços onde estas atividades ocorrem de forma também mais concentrada, como é o caso das avenidas Epaminondas Jacome e Benjamin Constant, entre outras que compõem a área central. Alguns calçadões (Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva), bem como vias mais próximas ao terminal central de transporte urbano, aparecem como áreas mais significativas deste terciário pobre, onde se encontram três grandes mercados populares (ou “camelódromos”), espaços estes que são administrados pela prefeitura municipal. Foram estas as áreas que tomamos como referência para a realização das entrevistas na capital acreana (Figura 4).

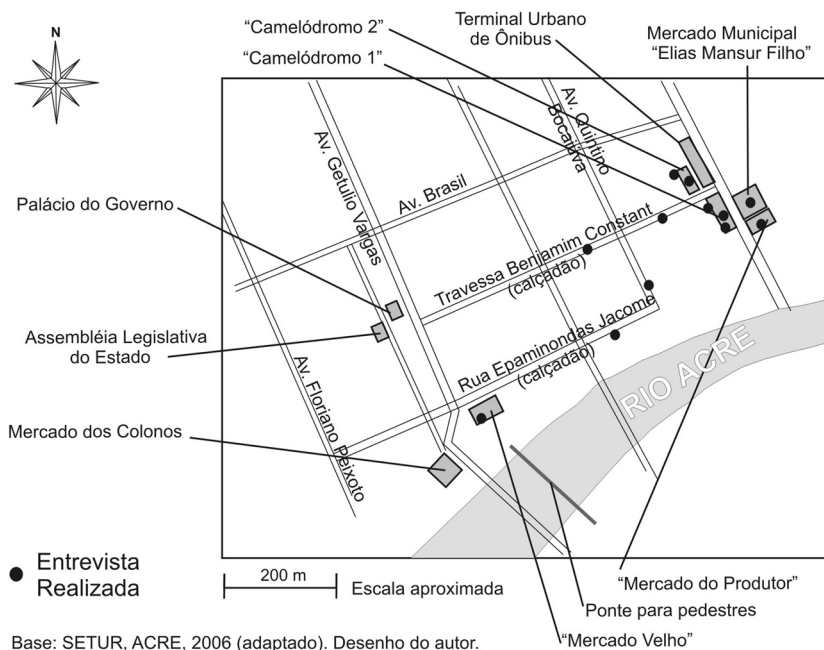


Figura 4 - Área central de Rio Branco – pontos de realização das entrevistas

Segundo informações divulgadas pela imprensa local, mais de quinhentos camelôs cadastrados pela prefeitura trabalham no calçadão da Av. Benjamim Constant (Figura 5), em áreas próximas ao terminal urbano e aos mercados públicos (AZEVEDO, 2008).



Figura 5 - Comércio ambulante, calçadão da Av. Benjamim Constant, centro de Rio Branco

(Foto do autor, 2009).

Muito arraigados ao meio construído na área central, estes trabalhadores tiram seu sustento de atividades simples que envolvem na maioria das vezes o consumo daqueles que frequentam o centro comercial com assiduidade. O caso dos camelôs é exemplar desta relação direta que se estabelece com o meio construído. Em Rio Branco, projetos de conversão de parte dos calçadões da área central em vias de circulação (visando melhorar o tráfego de veículos) foram vistos pela população pobre como ameaça a tais atividades, o que levou a mobilização de trabalhadores junto à prefeitura e câmara de vereadores, fazendo reivindicação política para que seu trabalho fosse levado em consideração (AZEVEDO, 2008).

Existe uma série de trabalhos que são exclusivamente relacionados ao consumo local, que, muito ligados ao espaço do centro da cidade, configuram atividades banais comumente enquadradas como informais. A venda de frutas típicas da região, diretamente nas ruas, o comércio ambulante de bebidas e de diversos alimentos prontos (como é o caso das tradicionais vendedoras de tacacá), de animais abatidos (frangos), de produtos medicinais locais (ervas, raízes e preparados) e também o trabalho de coleta de materiais recicláveis, entre tantas outras facilmente encontradas no centro de Rio Branco, figuram como atividades que acabam por garantir renda a trabalhadores que, por suas próprias condições (sobretudo a baixa qualificação e por vezes também a idade já avançada), dificilmente encontrariam outro tipo de colocação no mercado.

Na área central de Rio Branco chama a atenção atividades que se localizam em alguns mercados e camelódromos. O chamado "Mercado do Produtor" (ou "Feira do Produtor") e o mercado "Elias Mansur" acolhem principalmente atividades ligadas ao comércio de gêneros alimentícios, e são muitas vezes abastecidos diretamente por pequenos produtores da região. Pode-se observar constantemente o movimento de agricultores oferecendo pequenas quantidades produzidas no campo próximo, aumentando, aos sábados, o movimento de feirantes que inclui assentados em projetos de reforma agrária de Rio Branco e adjacências.

Uma estrutura bastante antiga (o chamado "Camelódromo 1") acolhe um mercado em que pequenos boxes de madeira abrigam atividades variadas de comércio e serviços. A venda de utensílios domésticos, de remédios naturais, roupas, etc., divide espaço com serviços de cabeleireiros, sapateiros, etc. além de grande número das tradicionais pensões⁸ que servem refeições desde as primeiras horas da manhã até o início da tarde. A prefeitura cede os boxes mediante o pagamento de taxa mensal (cerca de R\$ 15,00, em janeiro de 2009).

Junto ao terminal de transporte urbano, um camelódromo mais novo acolhe uma diversidade de comércios e tipos de serviços. Indicando a atualização recente das atividades do circuito inferior no sudoeste amazônico, neste espaço cujos boxes possuem dimensões bastante reduzidas, são desenvolvidas atividades que incluem serviços de reparo em roupas, serviços de cabeleireiro e barbearia, conserto de equipamentos eletrônicos (inclusive computadores), chaveiro, reparo e venda de telefones celulares usados, serviços de cópias e de digitação, entre outros, indicando que os equipamentos e serviços técnicos modernos acabam, a seu modo, por figurar hoje entre as atividades do terciário pobre na cidade. As vendas também são as mais variadas, acolhendo principalmente mercadorias importadas e oferecendo a preços mais acessíveis eletroeletrônicos em boa parte oriundos das cidades comerciais da fronteira boliviana (informática, telefonia, presentes e brinquedos).

Tendo caracterizado os espaços de realização da pesquisa em Porto Velho e Rio Branco, podemos agora avaliar as características das atividades do circuito inferior da economia na área central das capitais do sudoeste da Amazônia.

ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E NATUREZA DO CAPITAL E DO TRABALHO

Em que pese termos de caracterizar as atividades do circuito inferior da economia urbana por aquilo que define mesmo a sua essência, ou seja – as formas de fabricação, comércio e serviços não modernas e não-"capital intensivo", fornecidos à varejo e de pequena dimensão e alcance (SANTOS, 2004a, p.40), independente de existirem enquanto empreendimentos formais perante aos órgãos públicos que normatizam a economia urbana, é preciso deixar claro que, ao menos para os dados que obtivemos a partir da realização das entrevistas, no sudoeste amazônico as atividades do circuito inferior são, em grande parte, alheias aos sistemas normativos formais que regem a economia nacional. É um conjunto de atividades que escapa às estatísticas oficiais, ainda que expressamente escancarados na

⁸ No Acre, as chamadas pensões (estabelecimentos simples que servem refeições, alguns bastante precários), aparecem como nítido exemplo de "flexibilidade tropical", já que muitos desses "restaurantes" ocupam espaços não pré-definidos (sem nenhuma infra-estrutura), presentes em grande parte dos mercados e dos espaços públicos que agregam as atividades de comércio e serviços populares. Ainda que as condições de higiene sejam no mais das vezes precárias, come-se barato, junto aos locais de trabalho e nos horários mais diversos.

paisagem urbana e muito responsáveis por quantidade expressiva de trabalho e renda próprias daquela parcela da sociedade que Milton Santos (2000, p.157) denominou “nação passiva”⁹. Nas palavras do autor,

A “nação passiva” é estatisticamente lenta, colada às rugosidades do seu meio geográfico, localmente enraizada e orgânica. É também a nação que mantém relações de simbiose com o entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente, e à contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política. Essa nação *mora*, ali onde vive e evolui, enquanto que a outra (nação ativa) apenas circula, utilizando os lugares como mais um recurso a seu serviço, mas sem outro compromisso (SANTOS, 2000, p.157).

Nas cidades em que realizamos o levantamento, são especialmente (mas não em todos os casos) os estabelecimentos que ocupam prédios comerciais em ruas e avenidas da área central, aqueles que funcionam com base nos aparatos legais (micro-empresa instituída, funcionários com registro em carteira de trabalho, com recolhimento obrigatório de impostos e encargos, etc.). Os chamados “informais” aparecem como grande maioria, e ocupam desde espaços cedidos pelas prefeituras a pequenos prédios comerciais alugados. Há clara dificuldade em tornar tais atividades formalizadas do ponto de vista da economia legal (com o pagamento dos impostos, dos benefícios trabalhistas, com uso de contador, etc.), já que muitas vezes os recursos provenientes do trabalho são poucos e mal garantem os gastos familiares (no mais das vezes exclusivamente dependentes de tal atividade) e o próprio funcionamento do empreendimento. Em muitos casos também encontramos o uso do trabalho familiar, assíduo ou não, demonstrando como estas atividades são potencialmente geradoras de trabalho.

Na grande maioria dos estabelecimentos entrevistados a renda mensal dos trabalhadores, independentemente de terem ou não o registro em carteira, alcança apenas o salário mínimo¹⁰ ou pouca coisa a mais, sendo que os empregados nos empreendimentos formais acabam, no mais das vezes, também por receber benefícios como vale-transporte, e, às vezes, o vale-refeição.

Ainda que à primeira vista possam figurar como pouco lucrativas, as atividades empreendidas por trabalhadores autônomos no circuito inferior da economia parecem conferir melhores condições de trabalho e renda quando comparadas às situações de venda da força de trabalho. As ocupações anteriores de comerciantes e prestadores de serviços entrevistados são as mais variadas – desde antigos agricultores (revelando o processo de migração para as cidades), até os serviços de domésticas, vendedores e ambulantes, trabalhadores da construção civil, garimpeiros, entre outros. As atividades do circuito inferior também apareceram como a primeira e única experiência de trabalho de muitos entrevistados (desde os jovens até os mais velhos). No mais das vezes a ocupação atual aparece como muito mais vantajosa do que a condição de assalariado. As principais facilidades com este tipo de trabalho (especialmente no caso do trabalho autônomo) residem, como foi informado, na

⁹ “As atividades dessa nação passiva são freqüentemente marcadas pela contradição entre a exigência prática da conformidade, isto é, a necessidade de participar direta ou indiretamente da racionalidade dominante, e a insatisfação e inconformismo dos atores diante de resultados sempre limitados. Daí o encontro cotidiano de uma situação de inferiorização, tornada permanente, o que reforça em seus participantes a noção de escassez e convoca a uma reinterpretação da própria situação individual diante do lugar, do país e do mundo” (SANTOS, 2000, p.157).

¹⁰ O salário mínimo no Brasil era de R\$ 415,00, quando da realização das entrevistas (janeiro de 2009). Boa parte dos empregadores informou que chega a pagar pouco mais do que um salário mínimo para os seus funcionários (cerca de R\$450,00).

ausência da figura do patrão (empregador), da não obrigação em cumprir horários pré-definidos (muitos dos estabelecimentos entrevistados não possuem horários fixos de funcionamento), mas sobretudo na possibilidade de trabalhar com o que se gosta, ou com o que melhor se sabe fazer (especialmente entre os prestadores de serviços).

Estrategicamente posicionados em espaços muito freqüentados pela população, especialmente a mais pobre (a população aparentemente de baixa renda apareceu, na maioria dos estabelecimentos entrevistados, como a principal classe consumidora), estas atividades estão relacionadas à própria configuração do meio construído, especialmente no que se refere à oferta de serviços públicos, como é o caso dos pontos das principais linhas de ônibus (Porto Velho), dos terminais urbanos (Rio Branco) ou mesmo conjugando estes equipamentos à proximidade com os pontos de embarque e desembarque de mercadorias e passageiros nos rios (em ambas as cidades, mas sobretudo em Porto Velho). O comércio ambulante também está muito relacionado à oferta destes serviços públicos de uso popular, ou ainda à presença de equipamentos coletivos como os templos religiosos, repartições públicas ou os dos serviços de saúde. Assim, o uso do ônibus como meio de transporte é bastante difundido entre os trabalhadores do circuito inferior, ainda que muitos tenham indicado o uso de veículos automotores próprios (sobretudo as motocicletas), utilizando-se também de transporte por bicicletas ou mesmo a pé.

O trabalho "pouco intenso em capital" (SANTOS, 2004) configura uma das características mais importantes do circuito inferior da economia urbana. Em que pese alguns comerciantes (especialmente os alocados em prédios comerciais e que mantêm uma organização dita formal do estabelecimento) terem indicado quantias relativamente grandes de capital empenhado quando da abertura de seus empreendimentos, a grande maioria dos estabelecimentos entrevistados parece ter iniciado suas atividades com empenho de muito pouco capital¹¹. Muitas vezes a aquisição do ponto comercial (ou a "compra das chaves", como se costuma dizer no Acre), apresenta valores muito superiores àqueles inicialmente investidos em mercadorias ou insumos para a prestação de serviços. Em vários casos, o investimento inicial na atividade se aproxima do rendimento mensal que este proporciona ao seu proprietário, indicando a importância e mesmo em alguns casos a prevalência de um trabalho intenso frente ao pequeno capital mobilizado. Em quase todos os casos foi possível também observar algum crescimento (às vezes muito significativo) em termos comparativos entre o capital inicialmente empenhado e o capital atualmente investido, o que é relatado com muito orgulho por vários dos comerciantes entrevistados, fato este que indica a existência da possibilidade de alguma acumulação (mesmo que pequena) nesses pequenos negócios da cidade.

Para além das mercadorias propriamente ditas (capital mobilizado para o funcionamento do negócio), são relativamente poucos os equipamentos utilizados pelas atividades do circuito inferior, variando muito de acordo com a natureza da atividade. A exceção ocorre principalmente com os estabelecimentos prestadores de serviços, onde o uso de pequenas máquinas (para reparos em relógios, celulares, etc.) é sempre necessário. O principal equipamento que aparece de certo modo bastante difundido é o telefone, em especial os aparelhos de telefonia celular (no mais das vezes os pré-pagos). Flexíveis e de uso mais controlado, o telefone celular, que teve na última década difusão generalizada no território e nos mais diferentes estratos da sociedade brasileira, apareceu como equipamento de trabalho

¹¹ Os maiores valores indicados foram os do empenho inicial de R\$ 30 a 40 mil para a abertura do empreendimento (loja de confecções), ou mesmo de um capital atual que se aproxima de R\$ 50 mil (uma mercearia) até R\$ 80 mil (uma loja de confecções), investidos em mercadorias nos estabelecimentos. Em Porto Velho encontramos os exemplos mais extremos do quão pouco é necessário para o início das atividades no circuito inferior da economia – uma senhora nos disse ter iniciado a atividade de fabricação e venda de doces artesanais com cerca de R\$50,00, enquanto que um relojoeiro informou ter iniciado a atividade (nas ruas) apenas com algumas pulseiras de relógio (quantia próxima de R\$ 8,00, em moeda atual) e algumas ferramentas improvisadas.

em alguns dos estabelecimentos mais simples e pobres entre os que realizamos o levantamento, na maioria das vezes usado tanto para as atividades de trabalho quanto para a comunicação com a família (e em muitos casos apenas para o recebimento de chamadas).

Um dado indicativo e bastante representativo das limitações financeiras das atividades do circuito inferior foi o baixo acesso aos financiamentos ou empréstimos públicos ou mesmo privados. Dentre os estabelecimentos entrevistados, são poucos os que tomaram empréstimo em bancos ou financeiras, ao passo que a criação de linhas especiais para a oferta de crédito barato por instituições públicas aparece como o principal auxílio almejado pelos agentes deste circuito inferior. Apesar do receio declarado de se tornarem inadimplentes, o principal fator de não acesso ao crédito reside especialmente na falta de garantias que tais pequenos negócios ("inexistentes" aos olhos da economia hegemônica) podem oferecer às instituições bancárias, ou seja, há excesso de burocracia para aqueles que, por sua própria condição de existência, não podem participar ou usufruir dos benefícios públicos. É deste modo que normas, crédito e recursos acabam sendo excessivamente distribuídos e usufruídos apenas entre as atividades do circuito superior da economia.

ESPESSURA E ABRANGÊNCIA DA VIDA DE RELAÇÕES A PARTIR DAS REDES COMERCIAIS

Em que pese a existência de relações muito próximas entre agentes do próprio lugar para a realização de um conjunto bastante significativo de atividades no circuito inferior da economia no sudoeste amazônico, hoje, algumas das relações comerciais ganham um maior alcance, definindo abrangências territoriais mais vastas.

As relações de proximidade entre fornecedores e comerciantes podem ser encontradas, sobretudo, nas atividades ligadas ao consumo de gêneros alimentícios ou de manufaturas simples produzidas no entorno das cidades. Este é o caso de boa parte da produção vendida nas feiras ou nos mercados, como pudemos constatar em Porto Velho (no Mercado Central e na feira realizada aos domingos) e em Rio Branco (no Mercado do Produtor).

Indutores de movimento, a distribuição dos gêneros agrícolas oriundos do campo próximo acaba assim também por induzir um movimento realizado por carros de aluguel. Do mesmo modo, um movimento realizado a partir dos rios aparece também com importância. Ribeirinhos utilizam-se deste meio de transporte como o principal modo de distribuir o que é produzido no entorno das cidades. O comércio de peixes (frescos ou secos) também é indutor deste tipo de movimento nos rios (que inclusive tem início no estado do Amazonas), em ambas as cidades pesquisadas.

É no que tange à comercialização daquilo que não se produz na região que podemos, então, encontrar uma vida de relações reveladora de fluxos e redes tecidas entre agentes de diferentes portes e diferentes localizações no território nacional. Se a onipresença da metrópole paulista (que, deste modo, constitui-se como metrópole nacional) (SANTOS, 1993, 2008) é muito notada nas atividades do circuito superior da economia (finanças e grandes empresas), o circuito inferior do sudoeste da Amazônia também é, em boa parte, tributário de uma produção que se realiza em São Paulo, ou ainda de uma distribuição que se dá a partir de São Paulo.

As mercadorias industrializadas (de gêneros os mais diversos), e também alguns gêneros importados, são, em boa parte, oriundos de São Paulo. A tarefa de distribuição destas mercadorias é indutora de um movimento que se realiza de formas muito diversas – foram informados nas entrevistas, por exemplo, o uso de transportadoras, o movimento realizado por revendedores, a realização de viagens pelos próprios comerciantes, o uso dos correios ou ainda o de encomendas por transporte aéreo.

Em Porto Velho encontramos feiras e estabelecimentos que oferecem confecções exclusivamente adquiridas em Goiânia, cidade que aparece com bastante centralidade no que se refere à produção das confecções comercializadas na região Norte, seguida por São Paulo e também, em alguns casos, de fornecedores deste tipo de produto localizados no Nordeste do país (Recife e Fortaleza). Este último caso parece resultar das relações estreitas entre os estados do sudoeste amazônico com estados do Nordeste, de onde provém grande parte dos migrantes.

Quanto ao comércio de gêneros industrializados importados (incluindo-se aqui as imitações), atividade muito típica do circuito inferior, o abastecimento se dá principalmente pelas cidades localizadas junto à fronteira com a Bolívia, que gozam de regimes especiais de importação (Áreas de Livre Comércio), como é o caso de Guayaramerín (Bolívia), junto à Guajará-mirim-RO, que abastece o mercado rondoniense; e Cobija (Bolívia), junto à Brasília-AC, cuja comercialização se estende pelo território acreano. Esta circulação de mercadorias importadas (especialmente acessórios eletrônicos, de vestuário, brinquedos, etc) adquiridas por menores preços, é importante para o abastecimento de pequenos estabelecimentos e de ambulantes nas cidades. Em Porto Velho encontramos anúncios de excursões para compras na Bolívia (Guayaramerín ou mesmo em Cobija), e tanto em Porto Velho como em Rio Branco, especialmente nos finais de semana, estas viagens até as cidades de fronteira podem ser feitas de taxi (em esquema de lotação). Desta situação, aparece também um conjunto de trabalhadores que se dedica à tarefa das compras para a revenda (os chamados "sacoleiros"), já que nem sempre os comerciantes podem realizar as viagens.

A NATUREZA DAS INTERAÇÕES COM OS FORNECEDORES E OS CONSUMIDORES

As formas de relacionamento dos empreendimentos do circuito inferior da economia analisados no sudoeste amazônico, tanto no que diz respeito às relações com os fornecedores, quanto ao que se refere às relações com os consumidores dos produtos ou serviços ofertados, indicam um conjunto de estratégias muito particulares e caras à natureza destes tipos de atividades do terciário pobre. É marcante, por exemplo, a ausência quase total das práticas da publicidade e propaganda, o que indica, de certo modo, que o conjunto dos consumidores é na sua maioria constituído pelas relações de conhecimento ou da coexistência das atividades no entorno próximo¹².

Começando pelas relações estabelecidas com os fornecedores, podemos observar que são justamente as interações tecidas entre aqueles atores mais próximos que aparecem como fundamentais ao funcionamento de tais atividades. Foi bastante comum encontrar, entre comerciantes de gêneros os mais diversos, situações em que os produtos industrializados são no mais das vezes adquiridos de fornecedores não conhecidos, por meio de boletos bancários, depósitos ou duplicatas (entregues por transportadoras); enquanto que para aquela produção realizada num meio próximo e comercializada muitas vezes pelo próprio produtor (ou mesmo por atravessadores/"marreteiros"), o relacionamento direto permite estabelecer laços de confiança que resultam na combinação de prazos, ou seja, no pagamento adiado da mercadoria adquirida (sem o uso de qualquer espécie de moeda). As vendas em consignação também aparecem em Rondônia e Acre, ganhando, em ambos os

¹² Nas cidades pesquisadas, dentre os muito poucos que informaram fazer ou já ter feito propaganda dos seus estabelecimentos, o meio de comunicação preferido é sobretudo o rádio. Publicações de circulação local e aquelas difundidas nas comunidades religiosas também aparecem como meio de divulgação destas atividades.

casos, uma denominação regional – paga-se ao fornecedor o “apurado”, ou seja, apenas a quantia referente àquilo que foi efetivamente vendido.

Mas as relações de proximidade (e de aproximação) se dão de modo ainda mais significativo no que se refere à interação com os consumidores. Por se tratar de negócios de pequeno alcance e dimensão, há como estabelecer relações de confiança entre comerciantes e clientes. Se o uso do cheque como forma de moeda aparece, atualmente, apenas de modo residual, boa parte dos estabelecimentos entrevistados nos informou que aceita cheque (à vista/pré-datado) quando este é fornecido por clientes já conhecidos.

No Brasil atual, onde a parcela mais pobre da população acaba de algum modo participando de um maior consumo do crédito, a difusão dos terminais de cartões (crédito e débito), mesmo entre aqueles estabelecimentos menores e pouco capitalizados, aparece como um novo meio de pagamento (mais garantido do que o cheque), tal como pudemos observar nas capitais do sudoeste amazônico. Foi possível encontrar em camelódromos e mercados os mais pobres de Rio Branco e Porto Velho máquinas que realizam o pagamento através de cartões de crédito (principalmente o cartão Visa), indicando que as modernidades operadas por grandes grupos do sistema internacional de crédito se inserem hoje também no circuito inferior, viabilizando o consumo (e o endividamento) da população mais pobre, facilitação esta que amplia as possibilidades de acumulação capitalista de tais agentes externos.

No entanto, como nem toda a classe de consumidores é capaz de participar (de modo vantajoso ou não) das formas modernas do dinheiro e do crédito, há lugar para a manutenção de relações outras, que, prescindindo das técnicas modernas de informação, ainda se encontram muito ancoradas nas práticas da solidariedade e da ajuda mútua. Nestes contextos de valorização de uma rede social pautada no conhecimento e na proximidade do Outro, o popular “fiado” continua a existir nas relações de troca realizadas no circuito inferior no sudoeste da Amazônia.

AS RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE E O COTIDIANO COMPARTILHADO NO ESPAÇO DO TRABALHO

Ainda que constituídos no mais das vezes por ambientes degradados, cujo meio construído é em geral antigo e condições precárias de uso, os espaços ocupados pelas atividades do circuito inferior da economia prestam-se, para além do trabalho, também para a distração e o lazer dos trabalhadores e freqüentadores. Especialmente nos mercados, onde poucos estabelecimentos fecham para o almoço, é comum observarmos pessoas se alimentando e também dormindo (ainda que seja em espaços de poucos metros quadrados). É freqüente a presença de crianças ou parentes nos estabelecimentos, em boa parte dos mesmos se assiste televisão (algumas com aparelhos de videogame), jogam-se partidas de baralho e outras diversões, são feitos trabalhos artesanais, lê-se a bíblia e ouvem-se músicas religiosas, etc.

Este espaço do trabalho também aparece como o espaço privilegiado para a troca de informação e para a comunicação e interação entre conhecidos. O tempo-espaço do trabalho é muitas vezes apropriado de modo lúdico, tal como se observa nas atividades desempenhadas por ambulantes ou mesmo nas atividades de transporte realizadas nos rios, reforçando as ligações das atividades com o meio no qual elas se realizam.

Há solidariedade entre os trabalhadores no que se refere ao uso, por vezes, de alguns equipamentos, da facilitação do troco, da vigília às mercadorias quando é preciso ausentar-se (confiando-se aos vizinhos até mesmo as vendas), bem como a indicação aos clientes de mercadorias em estabelecimentos de amigos ou conhecidos, quando esta falta no próprio estabelecimento. Um novo indicativo desta solidariedade é a prática de uso

compartilhado dos aparelhos de cartão de crédito entre estabelecimentos próximos, como encontramos mais de uma vez em Rio Branco.

PLANEJAMENTO URBANO E AÇÕES COERCITIVAS DO PODER PÚBLICO

No sudoeste da Amazônia, o poder público realiza políticas de planejamento contentoras destas atividades do terciário pobre, principalmente nos espaços centrais das cidades, repetindo práticas análogas de "reforma" ou mesmo de uma chamada "revitalização urbana", tal como são realizadas em outras grandes cidades do país.

Este é o caso das práticas recentes de revitalização de áreas históricas do centro de Porto Velho e Rio Branco (em alguns casos com a intenção de torná-los recursos turísticos), onde mercados, praças e áreas historicamente utilizados por atividades do terciário pobre sofrem intervenções urbanísticas e reformas para adequações diversas. Um exemplo significativo é a "revitalização" do Mercado Velho em Rio Branco e de algumas praças centrais da cidade, mas também da reforma e adequação de espaços considerados degradados em Porto Velho, como é o caso do Mercado Central, do Mercado do Pescado, ou ainda a remoção de camelôs para espaços pré-definidos.

No caso do Mercado Velho de Rio Branco, com as reformas realizadas em 2007, o espaço fora transformado em um dos principais atrativos da capital acreana, acompanhadas da redistribuição dos boxes e certa "higienização" da área de alimentação. Em Porto Velho, onde desde 2008 a prefeitura reforma as instalações de um novo espaço (antigo Mercado do Cai N'água) para a remoção definitiva de barracas e camelôs, a insatisfação de comerciantes é declarada. Muito ligados ao meio próximo em que se inserem, a remoção de tais atividades é em muitos casos responsável por sua inviabilidade. É o que ocorre com vários trabalhadores que desistem dos espaços que recebem e voltam para as ruas em busca de maior lucratividade de suas vendas ou serviços.

Ainda que resultantes de práticas as mais tradicionais da região, estas atividades do circuito pobre, sobretudo as enquadradas pelo poder público como informais, figuram comumente como ameaça ao faturamento do comércio formal ou mesmo como um agente potencialmente perturbador da "ordem urbana" (privada e corporativa) que hoje toma força no sudoeste amazônico. Em 2007, o presidente da Federação do Comércio do Estado do Acre (Fecomércio), ainda que reconhecendo tal problema como resultado da má distribuição de renda no país, reclamara das práticas do trabalho "irracional" que é realizado nas ruas e cobrava providências do governo, afirmando que "O comércio informal tem tomado uma dimensão incontrolável. O número de camelôs aumenta a cada dia e o poder público se mantém inerte, com pouca ação para combatê-lo" (CAMPOS, 2007). Em Porto Velho, os trabalhadores que comercializam nas ruas e praças, quando não têm suas mercadorias apreendidas, são constantemente ameaçados de despejo ou remoção pela prefeitura. Trata-se novamente de um declarado conflito de classes, que ocorre no embate entre os que trabalham de forma "irregular" e aqueles que, resguardados pelo direito positivo e pela ordem formalmente estabelecida, ditam e desfrutam das normas que regem a "cidade organizada".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que apareçam tantas vezes como "irracionalidades" (SILVEIRA, 2007a), estas atividades da economia pobre realizadas nas cidades são de extrema importância para a solução (ainda que parcial) das demandas insatisfeitas, para a criação de trabalho e renda entre aqueles que não se incluem no circuito moderno da economia hegemônica. Assim, as

atividades do circuito inferior da economia urbana indicam que, para além da racionalidade instrumental e corporativa do capital, há como se preservar um trabalho que comporta a solidariedade de gentes e funções num espaço que aparece como arena política privilegiada, onde as práticas individuais podem ser dialogadas e constantemente direcionadas à ação coletiva, em busca de soluções e estratégias de permanência.

Sobrevivendo a sucessivas modernizações e ao avanço da racionalização capitalista das relações sociais, estas formas de trabalho no circuito inferior, tal como reconhece Ana Clara Torres Ribeiro (2005), constituem, potencialmente, peças essenciais à formação de um “mercado socialmente necessário”, que se oponha à atual concepção hegemônica de mercado, visto que são portadoras de

[...] uma capacidade de interagir com práticas ancestrais, como aquelas produções e comércios em que a negociação predomina sobre a conquista e a destruição do Outro. Existe, portanto, uma vida de relações, resistente e tenaz, que se opõe à abstração exigida pela operação sistêmica da concepção hegemônica de mercado (RIBEIRO, 2005, p.12.468).

É no diálogo, na co-presença e na solidariedade orgânica que atores desta economia popular convivem e constroem seus mecanismos de sobrevivência – um comércio pobre ligado às demandas mais diretas de uma população igualmente carente, os serviços simples que existem em função das necessidades mais cotidianas, entre outras atividades, que tantas vezes retiram suas forças de espaços precários, mas efetivamente públicos, exemplificam a espessura de tal acontecimento nas cidades do sudoeste da Amazônia. Urge pensarmos estratégias políticas para que estas atividades banais, que tanto asseguram a sobrevivência dos mais pobres, não sejam extirpadas pelas estratégias corporativas e hierárquicas de acumulação ansiadas por agentes externos ao lugar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Dulcinéia. Camelôs acompanham proposta sobre calçadão. **Folha do Acre**. Rio Branco, 03/04/2008. Disponível em <http://www.folhadoacre.com/navegacao/ver_noticia.php?id_noticia=1583&editoria=13>, acesso em 03/04/2008.

CAMPOS, Tatiana. Comércio formal: uma batalha diária para manter as portas abertas. **Página 20**. Caderno Especial. Rio Branco, 06/12/2007. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/pagina20/06122007/especial.htm>>, acesso em 06/12/2007.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação (mestrado em Geografia Humana), 2006, FFLCH-USP. São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, São Paulo, março de 2005. **Anais...** São Paulo, p.12.458-12.470, 2005.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: _____. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2003 (1979).

_____. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Edusp, 2004 (1979).

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2008 (1993).

SILVEIRA, María Laura. Os confines de la racionalidad: el espacio geográfico contemporáneo. XI ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, Bogotá, março de 2007. **Anais...** Bogotá, 17p. 2007a.

_____. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **Revista Eure**. v. XXXIII, n.100, p.149-164. Santiago de Chile, 2007b.

Recebido em março de 2010

Revisado em julho de 2010

Aceito em janeiro de 2011

